

# Antroponímia e Ciência Política: uma possível relação entre os nomes de urna e o voto

*Anthroponymy and Political Science:  
a possible relationship between ballot names and voting*

Andreza Marcião dos Santos<sup>1</sup>  
Shirlene Aparecida da Rocha<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho visa analisar de forma teórica a relação dos nomes de urna e o voto com base no Repositório de dados eleitorais, cujo estados selecionados foram São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nas eleições de 2014 e 2018. Como pressupostos teóricos foram adotados Amaral (2011); Machado (2015); Boas (2014) e Silveira (1996) para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Neste sentido, a análise dos dados revelou que pode existir uma relação entre os nomes de urna e o voto, mas que precisam ser realizados mais estudos teóricos e de campo, além de procurar diferentes abordagens metodológicas e teóricas como a Psicologia Política, Ciência Política e Antroponímia para que se comprove de forma científica tais relações.

**Palavras-chave:** Antroponímia; nomes de urna; voto.

**Abstract:** This paper aims to analyze theoretical way the relationship of the the ballot names and the vote based on the Electoral Data Repository for data collection and selecting the states of São Paulo; Rio de Janeiro and Minas Gerais, in the elections of 2014 and 2018. As theoretical assumptions were adopted Amaral (2011); Amaral; Machado (2015); Boas (2014) and Silveira (1996) for a more discussion on the subject. In this sense, data analysis revealed that there may be a relationship between ballot names and vote, but that more theoretical and field studies need to be conducted, as well as looking for different methodological and theoretical approaches such as Political Psychology, Political Science and Anthroponymy in order to prove such relationships scientifically.

**Keywords:** Anthroponymy; ballot names; vote.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo levantar a discussão e reflexão sobre a possibilidade de o nome de urna influenciar na escolha do candidato e do eleitor, na hora de escolher um candidato para votar. Trata-se de uma pesquisa teórica e de cunho exploratório, pois almeja-se conhecer mais sobre os processos de formação dos nomes de urna e de sua possível relação com o voto.

Neste sentido, buscou-se analisar os nomes de urna dos deputados estaduais eleitos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerias, nas eleições de 2014 e 2018. E como será visto no decorrer do trabalho, o nome de urna corresponde a uma forma

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

que pode derivar do nome civil (nome oficial) e de outras possibilidades como apelido e hipocorístico; profissões; títulos religiosos; títulos militares e outros processos de formação (nome não oficial).

Assim, o presente artigo se organiza da seguinte forma: retoma-se o estudo elaborado por Amaral e Machado (2015), quando se refere à questão dos nomes de urna e as tipologias dos antropônimos, sendo possível traçar uma proposta de análise acerca dos nomes de urna nas duas últimas eleições. Em seguida, relacionam-se algumas teorias do campo da ciência política como a de Boas (2014), sobre a influência do nome de urna e o voto, e de Silveira (1996), acerca do “Eleitor não racional”, quando este busca atalhos para escolher um candidato. Após, explicam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa e a forma de classificação dos nomes de urna. Posteriormente, apresentam-se os resultados obtidos e, por fim, as considerações finais, destacando-se a importância de realizar pesquisas mais aprofundadas para testar as hipóteses aqui lançadas.

### **Os nomes de urna**

Quando se trata de subáreas de conhecimento da linguística para estudar os fenômenos relacionados aos nomes próprios, destaca-se a Onomástica, que é a ciência responsável por estudar os nomes próprios e a partir dela originam-se duas subclasses denominadas de: toponímia (estuda os nomes próprios de lugares) e antroponímia (estuda os nomes próprios de pessoa).

Considerando esta divisão, os nomes de urna incluem-se nos estudos da antroponímia, mas que por si só ainda se torna muito amplo para tentar explicar o processo de formação dos nomes de urna. Assim, alguns autores como Urrutia e Sánchez (2009); Bajo Pérez (2002, 2008); Van Langendonck (2007); Vasconcelos (1928); Amaral (2011) buscam apresentar propostas tipológicas sobre os nomes próprios e que poderão auxiliar na compreensão de formação dos nomes de urna.

#### **Quadro 1 - A tipologia dos antropônimos.**

Urrutia e Sánchez (2009)	Nome de batismo Sobrenomes Apelidos Hipocorísticos
-----------------------------	---

Bajo Pérez (2002, 2008)	Amplia as categorias antroponímicas inserindo: nomes de parentesco sem determinante usados como sujeito (papai, mamãe, etc.); formas como fulano, beltrano, cicrano, sem determinante e como sujeito; nomes de guerra, nomes de religião, pseudônimos e nomes artísticos.
Van Langendonck (2007)	Nomes primários e oficiais (prenomes e sobrenomes) Secundários e oficiais (nome de família empregado como nome individual) A distinção entre nome oficial e nome não oficial
Vasconcelos (1928)	Alcunha Sobrenome Apelido
Amaral (2011)	Prenome e sobrenomes (considerados oficiais por fazerem parte do registro civil) Outros nomes não oficiais (hipocorístico, apelido (ou alcunha), pseudônimo/alcunha, heterônimo, nome artístico/nome de palco e nome de guerra)

Fonte: Amaral (2011)

Diante desta diversidade tipológica, toma-se como base para este trabalho a tipologia desenvolvida por Amaral (2011), no que se refere ao prenome e sobrenomes que são considerados nomes oficiais, hipocorístico e apelido, no qual inserem-se também profissões, títulos religiosos, títulos militares e outros processos de formação, como nomes não oficiais. Esses antropônimos fazem parte do processo de formação de nomes de urna e podem ser considerados como parte do meio político ou eleitoral.

Os nomes de urna por não apresentarem números significativos de publicações ou pesquisas relacionadas a este tema, podem ser considerados como uma categoria linguística ou sociolinguística, porque envolvem reflexões sobre como os nomes de urna, em hipótese, podem ou não influenciar tanto o candidato, na hora de escolher seu nome de urna, quanto o eleitor, na hora de votar em um candidato.

Assim, o trabalho utilizado como base teórica para a explicação dos nomes de urna foi o artigo intitulado “Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto”, sob a autoria de Amaral e Machado (2015).

No Brasil, o processo de formação de nome de urna está no artigo 12 da Lei 9.504/1997, que estabelece:

O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se (art. 12, Lei Nº 9.504/1997).

Os nomes de urna se originam a partir desta Lei e o candidato pode escolher até três opções de nomes pelas quais deseja ser identificado, sendo vedado que outro candidato utilize o mesmo nome (AMARAL; MACHADO, 2015). Além da Lei 9.504/1997, o artigo 27 da Resolução nº 23.548 diz que o nome de urna de um candidato deverá ter

[...] No máximo 30 (trinta) caracteres, incluindo-se o espaço entre os nomes, podendo ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual o candidato é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente.

Neste sentido, na pesquisa desenvolvida por Amaral e Machado (2015), foi possível observar que as categorias de antropônimos mais utilizados foram o hipocorístico, apelido e prenome. No caso do hipocorístico, apresentaram diminutivos ou abreviações dos nomes (*Franciso*>Chiquinho), (*Geraldo*> Gê); para o pelido, as motivações estavam relacionadas às características físicas, pessoais ou ligados a fatos sociais (Dentinho da Rádio, devido aos dentes proeminentes e a sua profissão); (Kuruzu, apelido recebido na república em que morava, na época de estudante); e o prenome poderia vir acompanhado de sobrenome de família (Wander Albuquerque) e também vinculados a fatos sociais, (Luiz do Morro, refere-se ao local de moradia, o Morro São Sebastião), (Geraldo da Kombi, remete ao trabalhado anterior do candidato, o transporte escolar).

Além destes, Amaral e Machado (2015) também destacaram outros processos de formação de nome de urna, como o hipocorístico *Léo*, que veio acompanhado de um acontecimento marcante que ocorreu em sua vida, uma feijoada beneficente, ficando o nome de urna *Léo Feijoada*. E a união do prenome com o sobrenome da

mãe, que a família por ser tradicional na cidade e conhecida pelo sobrenome Pimenta, o candidato a vereador optou por utilizar Júlio *Pimenta*.

A partir destas considerações foi possível perceber que há várias formas disponíveis para o candidato escolher e constituir seu nome de urna. Neste sentido, é importante destacar que há uma questão tipológica que envolve os nomes próprios e que serve de base para a análise dos nomes de urna, dando a possibilidade de fazer a hipótese de que os nomes de urna podem ser um caminho que o candidato pode escolher para tentar se eleger e o eleitor um atalho para escolher seu candidato.

### **O voto e os nomes de urna**

Para Carreirão (2000), há algumas teses que estão relacionadas ao voto, sendo elas: a) o eleitor tende a votar no candidato que conseguir formar a imagem de defensor dos interesses do “povo”, dos “pobres”, dos “trabalhadores”, ou da “maioria”; b) o populismo, como uma espécie de condição natural da política brasileira; (o candidato se reelege porque é popular); c) o eleitor, por ter baixo nível educacional, pouco interessado em política, pode ser mais fácil de se enganar por aventureiros; e d) o grau de sofisticação dos eleitores determina o seu comportamento político. No que se refere à última tese, o grau de sofisticação dos eleitores significa que:

São os eleitores sofisticados aqueles que, provavelmente, votam orientados pelas opiniões sobre *issues* diversos e por preferências partidárias baseadas em visão informada a respeito das propostas de partidos e candidatos, preferências estas que se relacionam com as posições ideológicas que afirmam ter. A massa popular, a grande maioria do eleitorado, é desinformada a respeito das propostas dos partidos e candidatos, não tem opinião a dar sobre questões importantes no debate político, tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a *issues* diversos e possui baixo grau de consistência ideológica (CASTRO, 1994, p. 180).

A percepção proposta por Castro (1994) nos auxilia a compreender como os eleitores de diferentes níveis de escolaridade utilizam informações para decidir seu voto levando-os a considerar: a) o voto por “Identificação Ideológica<sup>3</sup>”, proposto por

---

<sup>3</sup> É a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor (SINGER, 1998, p. 43).

Singer (1993); b) o “Novo Eleitor Não-Racional”<sup>4</sup>, defendida por Silveira (1996); e c) o Voto por “Avaliação de Desempenho”, no qual envolve-se a avaliação de desempenho refere-se aos candidatos, ao governo ou à sua política econômica.

Dentre estas, chama a atenção o “Novo Eleitor-Não Racional”, defendida por Silveira (1996), que “não dispondo de critérios propriamente políticos e lógicos para examinar o quadro, escolhe recorrendo aos instrumentos de que dispõe e considera confiáveis: sua intuição, sua sensibilidade e seus sentimentos” (SILVEIRA, 1996, p. 249-250).

Nesse sentido, propõe-se pensar na tese de que os nomes de urna podem, de alguma forma, influenciar o comportamento do candidato e do eleitor, principalmente, quando o eleitor se refere à massa popular, pois para eles

não há uma relação de causalidade no sentido de que a concordância do eleitor com as posições políticas de seu candidato levariam ao voto. É o eleitor que, tendo escolhido o candidato por outras razões, imputa a ele as suas próprias (dele, eleitor) posições (CARREIRÃO, 2000, p. 09).

No caso dos deputados, cada voto conta, uma vez que com a nova regra o deputado(a) precisa conseguir o equivalente a 10% do quociente eleitoral em votos para ser eleito (a), ou seja, “determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos e apurados pelo de lugares a preencher em cada circunstância eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior, equivalente a um, se superior” (Código Eleitoral, art. 106).

Após a apuração dos votos, é feito o cálculo para a distribuição das cadeiras de deputado entre os partidos e coligações, sendo que esse quociente eleitoral varia em cada estado. O QE é o número total de votos válidos dividido pelo número de cadeiras a serem preenchidas, ou seja,  $QE = \frac{n^\circ \text{ de votos válidos}}{n^\circ \text{ de lugares a preencher}}$ . Esse cálculo define o desempenho mínimo que cada grupo precisa obter para ter direito a uma cadeira e, no caso de o QE ser um número quebrado, arredonda-se para cima ou para baixo (SENADO NOTÍCIAS, 2018, s/p.).

---

<sup>4</sup> Ele tem baixa informação e saber político; suas ideias políticas são fragmentárias e logicamente desarticuladas, daí porque ele é incoerente politicamente e volúvel eleitoralmente (CARREIRÃO, 2000, p. 11).

Seguindo-se a regra, têm-se as vagas preenchidas e as vagas restantes devem ser preenchidas usando o método das médias ou distribuição das sobras<sup>5</sup>. Essa disputa por voto e uma possível vaga podem levar os candidatos e os eleitores a um grande questionamento: como obter tantos votos e como escolher um representante no meio de tantas opções? Campanhas políticas são caras e o acesso à informação através de televisão e rádio são para poucos (TANAKA, 2018).

Assim, o eleitor, tal como proposto por Silveira (1996), se vê na procura de atalhos para escolher seu candidato, podendo simplesmente escolher um candidato por um nome que o agrada, ou seja, pelo nome de urna. Segundo o portal G1 da globo (2018), aproximadamente, 521 candidatos utilizaram em seus nomes de urna títulos religiosos de Pastor/Pastora, Irmã/Irmão, Missionário/Missionária, Bispo/Bispa, Padre, Pai/Mãe (de Santo), Apóstolo, Frei, Reverendo e Presbítero como uma forma de chegar ao eleitor.

Boas (2014) chama os nomes de urna relacionados à afiliação partidária, gênero, raça, ocupação, religião e atratividade física como “Heurística”, sendo possível olhar os nomes de urna através de dois mecanismos: associações por grupos e estereótipos. No caso das associações, por exemplo, o candidato pode relacionar o tratamento “pastoral” na intenção de voto, mas dada a intenção de competição entre cristãos, evangélicos e outros grupos religiosos, identificar-se como “pastor” pode gerar efeitos negativos ou positivos. Os evangélicos, provavelmente, votarão nos candidatos com os títulos de “pastor”, enquanto aqueles de outras tradições religiosas, especialmente os católicos, não necessariamente votarão em tais candidatos. Por outro lado, o uso do título “médico” é mais propenso a influenciar o comportamento do voto através de estereótipos positivos, ou seja, os eleitores considerariam o médico mais inteligente e competente, afetando o comportamento do voto.

A partir disso, supõe-se que os eleitores podem considerar o nome de urna como uma característica importante do candidato, além das suas propostas ou da própria carreira do candidato na política. Por esta razão, tem-se uma grande variedade de nomes de urnas e, geralmente, os candidatos tendem a manter as formas antroponímicas pelas quais são conhecidos na cidade (AMARAL; MACHADO, 2015).

---

<sup>5</sup> Para mais informações, vide : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/01/como-funciona-a-eleicao-de-deputados-federais-e-estaduais>

Um exemplo interessante de influência do nome de urna para favorecimento do candidato a algum cargo político seria o de Hélio Bolsonaro, pois durante três eleições tentou se eleger com o apelido de Hélio Negão, mas sem êxito, porém, na última eleição (2018), utilizou o nome de Hélio Bolsonaro, levando-o a ser o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro. Além disso, também afetou a forma de como passou a ser tratado no meio político, sendo uma das figuras mais populares da Câmara atualmente (Folha de S. Paulo, 2019).

Por isso refletir sobre os critérios que são relevantes para a decisão do voto por parte do candidato e do eleitor devem ser explorados e testados cientificamente durante as eleições, pois na literatura não se encontra muitos trabalhos que relacionam o nome de urna e o comportamento eleitoral. E através das pesquisas realizadas no Repositório de dados eleitorais pôde-se perceber que, nas eleições de 2014 e 2018, o nome de registro civil foi de uso majoritário, mas foi possível perceber algumas variações que contribuem para hipótese de que o nome de urna pode influenciar no comportamento eleitoral do candidato e do eleitor.

## **Metodologia**

Para a produção deste artigo, foram realizadas pesquisas na página de banco de dados do Repositório de Dados Eleitorais – Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2014 e 2018. Optou-se por escolher três estados que apresentam, segundo o TSE, a maior parte do eleitorado brasileiro, sendo São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG). E com o intuito de sistematizar os dados coletados, uma vez que são muitos candidatos registrados, utilizou-se o filtro para “DS\_CARGO”, sendo selecionada somente a opção de deputado federal, e “DS\_SIT\_TOT\_TURNO”, selecionada a opção eleito por média ou eleito por QP.

Após a coleta de dados, os mesmos foram compilados no programa Excel 2003, sendo incluídas as planilhas, que permitiram uma visão geral de todos os candidatos eleitos e identificar os processos de formação dos nomes de urna. Assim, nas eleições de 2014 e 2018, obtiveram-se o total de deputados eleitos:



**Quadro 2:** Total de deputados eleitos durante as eleições.

<b>Estados</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
SP	94	94
RJ	70	70
MG	77	77

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2019).

E no que se refere à formação destes nomes, utilizaram-se as categorias de: a) registro civil, como o conjunto de nome civil constituído por prenome + sobrenome, ou somente o prenome simples e/ou composto; b) profissão, apresentada junto ao nome civil alguma atividade especializada que requer formação e pode ou não servir de meio de vida; d) apelidos e hipocorísticos: apelidos são entendidos, aqui, como aqueles antropônimos atribuídos a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que, muitas vezes alude a uma característica física, intelectual ou social e pode ser ou não depreciativo. E hipocorístico, de caráter afetivo e de origem geralmente familiar, formado a partir de uma alteração morfológica (aumentativo ou diminutivo) de outro antropônimo (Amaral, 2011); e) títulos religiosos: apresenta junto ao nome civil algum título eclesiástico; f) títulos militares: apresenta junto ao nome civil algum título militar e; g) outros processos de formação: todos aqueles nomes de urna que não se encaixam na divisão feita anteriormente.

A partir disso, tem-se uma proposta que pode auxiliar na compreensão dos processos de formação dos nomes de urna e os aspectos pessoais, profissionais, políticos, sociais e até ideológicos que se relacionam para compor um nome de urna.

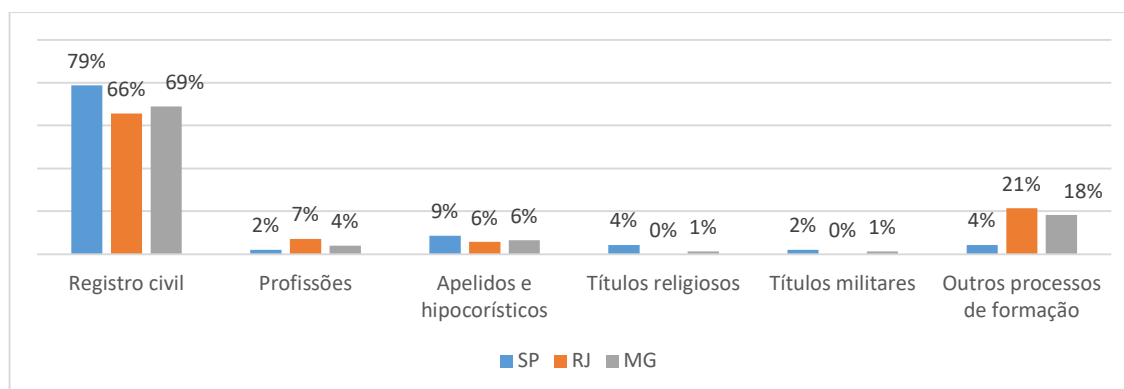
### **A formação dos nomes de urna e a relação com o voto**

Para verificar a hipótese de relação entre os nomes de urna e o voto, fez-se o levantamento dos candidatos ao cargo de deputado federal, no qual se optou por escolher os que haviam sido eleitos por média ou por QP, nas eleições de 2014 e 2018. Vale ressaltar que esse é um estudo de caráter exploratório, com intuito de dar base para uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, tal como buscar junto

aos deputados estaduais eleitos a motivação para a escolha do nome de urna e a motivação do eleitor para a escolha do candidato na hora do voto.

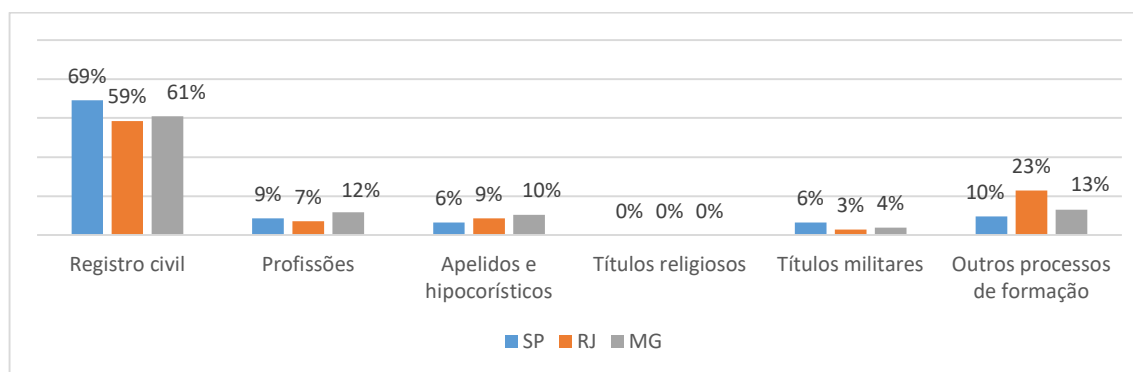
Assim sendo, durante as duas últimas eleições gerais realizadas, observou-se de forma comparativa, que a formação dos nomes de urna se deu de forma majoritária através do Registro civil (nomes oficiais); em segundo, outros processos de formação; terceiro, apelidos e hipocorísticos; quarto, profissões; quinto, títulos militares e; por último, títulos religiosos. Os Gráficos 1 e 2 mostram como se deram as formas de composição para o nome de urna entre uma eleição e outra.

**Gráfico 1: Nomes de urna – eleições 2014**



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2019).

**Gráfico 2: Nomes de urna – eleições 2018**



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2019).

Analisando os gráficos de forma comparativa, chama a atenção, de um lado, a ausência de nomes de urna que fazem referência a títulos religiosos nas eleições 2018 e uma elevação no que se refere as profissões e títulos militares, se comparada a 2014.

No que diz respeito a títulos religiosos, segundo o G1 (2018), houve mais de 500 candidatos registrados nas eleições utilizando títulos religiosos como nomes de urna<sup>6</sup>, sendo o principal título religioso utilizado o de Pastor/Pastora (313 candidatos); Irmã/Irmão (97 candidatos); Missionário/Missionária (40 candidatos); Bispo/Bispa (29 candidatos); Padre (17 candidatos); Pai/Mãe (de Santo) (10 candidatos); Apóstolo (9); Frei (3); Reverendo (2 candidatos) e Presbítero (1).

Esse levantamento colabora com a tese proposta por Boas (2014) de que os candidatos buscam utilizar associações por grupos ou estereótipos como uma forma de conseguir chegar ao eleitor e, possivelmente, angariar votos. Lucas André Dalbert, cientista social, também afirma que é uma forma de os candidatos se aproximarem do público e que o eleitor pode se identificar com o candidato quando utiliza esses nomes, pois se trata de uma identidade de grupo. Contudo, os resultados dos três estados SP, RJ e MG, colaboram para a tese de Boas (2014) para o caminho inverso, ou seja, sofrer rejeição por parte dos eleitores e os candidatos não conseguirem votos suficientes para se elegerem.

Em SP, RJ e MG, nenhum candidato ao cargo de deputado estadual foi eleito utilizando títulos religiosos nas eleições 2018, e pode-se supor que isso deve estar relacionado aos últimos acontecimentos na realidade política brasileira, por exemplo, o estado do RJ, em 2016, elegeu Marcelo Crivella como prefeito da cidade, senador do PRB e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (LACERDA, 2017).

A eleição de Crivella ampliou a discussão sobre a adequação (ou não) da participação religiosa na política, mas, além disso, houve também o processo de *impeachment* contra a ex- presidente Dilma Rousseff (17 de abril de 2016, votação e aprovação a admissibilidade do processo de *impeachment*), que destacou o suposto paroquialismo dos deputados (interesses particulares na frente do país); o suposto baixo nível educacional dos deputados (primeira vez que os brasileiros tiveram uma

---

<sup>6</sup> Abrangeu todos os cargos que entraram em disputa nas eleições 2018.

imagem mais clara de quem ocupava o congresso) e, por fim, o discurso dos deputados fazendo referências religiosas, assim, “as menções a <<Deus>> e à <<família>> levaram muitos a afirmar que laicidade do Estado estaria em perigo” (LACERDA, 2017, p. 16).

Já no que se refere as profissões, o Quadro 2 apresenta as profissões que mais aparecem junto ao nome civil para compor o nome de urna, sendo elas: Professor, Delegado/Delegada, Doutor/Doutora, Enfermeira e Repórter.

**Quadro 3 – Profissões e nomes de urna**

<b>Eleições 2014</b>	<b>Profissões</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>Eleições 2018</b>	<b>Profissões</b>	<b>Nº de votos</b>
<b>SP</b>	Prof. Auriel Delegado Olim	62.009 195.932	<b>SP</b>	Agente Federal Danilo Balas Delegado Bruno Lima Professor Bebel Delegada Graciela Professor Kenny Dra. Damaris Moura Delegado Olim Dr. Jorge do Carmo	38.661 103.823 87.169 63.089 117.567 45.103 161.569 61.751
<b>RJ</b>	Delegada Martha Rocha Enfermeira Rejane Dr. Julianelli Dr. Deodalto Dr. Sadinoel	52.698 33.900 11.805 48.496 30.504	<b>RJ</b>	Delegada Martha Rocha Doutor Serginho Enfermeira Rejane Delegado Carlos Augusto	48.949 26.906 33.003 56.969
<b>MG</b>	Dr. Jean Freire Dr. Hely Dr. Wilson Batista	52.315 80.030 97.256	<b>MG</b>	Professor Wendel Mesquita Prof. Irineu Dr. Wilson Batista Delegada Sheila Dr. Hely Dr. Jean Freire Dr. Paulo Repórter Rafael Martins Delegado Heli grilo	31.722 21.845 62.052 80.038 64.913 83.024 48.927 27.463 75.920

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Destaca-se que alguns candidatos eleitos nas eleições de 2014, como o Delegado Olim (SP), Delegada Martha Rocha, Enfermeira Rejane (RJ), Dr. Jean Freire, Dr. Hely e Dr. Wilson (MG) conseguiram se reeleger nas eleições de 2018, em seus respectivos estados. Isso mostra que, de certa forma, os candidatos confiam na estruturação do seu nome de urna com certas profissões. Contudo, quando utilizaram seus nomes de urna para a tentativa de reeleição, com exceção de Dr. Hely, todos os demais obtiveram uma queda em relação aos votos obtidos.

Além disso, percebeu-se que o título mais utilizado pelos candidatos a deputado federal foi a de Doutor<sup>7</sup>, totalizando 8 ocorrências no total; Delegado (3 ocorrências); Delegada (3 ocorrências) e Professor (5 ocorrências). Esse resultado retoma a ideia de estereótipos positivos de Boas (2014), pois os eleitores podem considerar tais candidatos mais inteligentes e competentes, dando a entender também que o eleitor almeja chegar nas esferas mais globais como a saúde, segurança e educação. Os nomes de urna compostos por profissões são relevantes não apenas como os eleitores escolhem os candidatos, mas também como os candidatos influenciam essa escolha (BOAS, 2014).

E, no que diz respeito a títulos militares, tem-se um aumento de candidatos a deputados estaduais eleitos, se comparados as eleições de 2014, pois no caso do RJ, na eleição de 2014, não houve nenhum candidato eleito, mas em 2018 três conseguiram se eleger. O quadro 4 mostra a relação dos candidatos eleitos em cada uma das eleições.

**Quadro 4 – Títulos militares e nomes de urna**

<b>Eleições 2014</b>	<b>Títulos Militares</b>	<b>Eleições 2018</b>	<b>Títulos militares</b>
SP	Coronel Telhada Coronel Camilo	SP	Major Mecca Coronel Nishikawa Tenente Coimbra Coronel Telhada Tenente Nascimento Sargento Neri
RJ	-	RJ	Sub Tenente Bernardo Coronel Salema

<sup>7</sup> Considerou-se somente as primeiras ocorrências, não sendo contados os nomes de urna dos reeleitos.

MG	Cabo Júlio	MG	Coronel Sandro Sargento Rodrigues Coronel Henrique
----	------------	----	--

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2019).

Nas eleições 2018, segundo o Estadão (2018), foi a vez das patentes militares no nome de urna, sendo que aproximadamente 533 candidatos incluíram títulos militares para compor seu nome de urna. Isso pode ter ocorrido através da influência de Jair Bolsonaro (decorrentes de outros momentos iniciados antes mesmo do registro eleitoral do candidato a presidente) e do seu partido PSL, sendo o que possuiu mais patentes ou graduações militares na última eleição.

Para o cientista político Eduardo Grin, da FGV-SP, o fenômeno Bolsonaro não é só causa, mas também consequência de outra onda: a conservadora. “Fortalece candidatos associados a essas agendas. E a sociedade acaba entendendo a segurança não como tema de prevenção, mas de punição. É uma construção no imaginário do eleitor (MONNERAT; CONCONI; SARTORI, 2018, s/p.).

Neste sentido, a patente militar que mais se destaca na formação de nomes de urna é a de coronel, sendo considerada a mais elevada de um oficial antes de atingir o cargo de general. Através desses dados é possível inferir que os nomes de urna constituem algo maior, ou seja, podem ultrapassar a questão de influenciar no processo de tomada de decisões por parte dos eleitores na hora de escolher um candidato, pois um nome de urna pode carregar toda uma questão cultural, ideológica, histórica e social que perpassa as disputas por um cargo político.

Além disso, também retoma-se a tese elaborada por Silveira (1996) quando se refere aos “Eleitores não racionais”, uma vez que o eleitor não teria um conhecimento mais aprofundado sobre as questões políticas e utilizaria atalhos para escolher um candidato.

A consistência ou racionalidade por trás das decisões políticas dos eleitores, mesmo em eleições complexas e existentes, poderia ser explicada por meio do processo heurístico, que permite aos indivíduos compensar sua informação limitada por meio de atalhos cognitivos (LACERDA, 2017, p. 112).

Assim, vale enfatizar que os nomes de urna e seus processos de formação, fornecem apenas uma visão limitada da realidade política brasileira e sobre os efeitos

da campanha nesse meio, mas saber sobre como o eleitor faz e qual o seu processo de decisão para a escolha de um candidato pode ser uma forma de testar as hipóteses do Eleitor Racional ou Eleitor não racional proposta por Silveira (1996).

### **Considerações finais**

De acordo com a teoria de Boas (2014) e a teoria de Silveira (1996) foi possível perceber que através dessas concepções os nomes de urna e os seus processos de formação funcionariam como uma espécie de atalho cognitivo e que, de certa forma, compensaria a falta de conhecimento do eleitor sobre a política influenciando em seu voto.

Neste sentido, com estudos mais específicos acerca desse tema poderiam ser levadas em consideração as possíveis hipóteses acerca dos nomes de urna e a relação com o desempenho eleitoral do candidato e do eleitor, sendo elas: hipótese 1: o candidato usa o nome de urna como uma forma de chegar ao eleitor e arrecadar votos. Hipótese 2: o candidato, ao utilizar o nome de urna com apelidos e hipocorísticos, profissões, títulos religiosos, títulos militares ou outros processos de formação tem um efeito positivo sobre o número de votos. Hipótese 3: o candidato, ao utilizar o nome de urna com apelidos e hipocorísticos, profissões, títulos religiosos, títulos militares ou outros processos de formação tem um efeito negativo sobre o número de votos. Hipótese 4: o eleitor utiliza o nome de urna como um atalho cognitivo na escolha de um candidato, mais do que suas propostas políticas ou sua vida na carreira política.

E, conforme dito ao longo do trabalho, foi possível perceber que os nomes de urna podem influenciar tanto o candidato, quando escolhe o seu nome de urna, quanto o eleitor, na hora de votar. A tese, então, pode ser válida, mas precisa de novos estudos acerca do tema, além de relacionar diferentes abordagens metodológicas e teóricas (Psicologia política, Ciência política e Antroponímia) para que se comprove de forma científica tais relações.

Assim sendo, pode-se encontrar uma grande variação na composição de nomes de urna e que o candidato ao incluir (por exemplo, profissões, apelidos e hipocorísticos, e títulos religiosos ao nome de urna) pode se aproximar do eleitor e

conquistar mais votos ou ocorrer o inverso, como apontado por Boas (2014). Ressalta-se, então, que os nomes de urna vão além da simples escolha de um nome para disputar um cargo político, eles agregam, de certa forma, ideologias e categorias sociais.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, E. T. R.; MACHADO, V. B. Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. *Revista GTLex*, v. 1, p. 52-65, 2015. DOI 10.14393/Lex1-v1n1a2015-4.
- AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa Revista de Linguística*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.
- BRASIL. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- BRASIL. Lei nº 4. 737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Disponível em : <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91631/codigo-eleitoral-lei-4737-65#art-106>. Acesso em : 12 jun. 2019.
- BOAS, T.C. Pastor Paulo vs. Doctor Carlos : Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, p. 39-72, 2014. Disponível em : [http://people.bu.edu/tboas/pastor\\_paulo.pdf](http://people.bu.edu/tboas/pastor_paulo.pdf). Acesso em : 10 jun. 2019.
- CARREIRÃO, Y. S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho*. 2000. 255 f. Tese (Tese de Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CASTRO, M.M.M. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. 1994. Tese (Tese de Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- G1. Mais de 500 candidatos usam títulos religiosos no nome de urna. *G1*, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/20/mais-de-500-candidatos-usam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>. Acesso em : 10 jun. 2019.
- LACERDA, F. *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo*. 2017. 144 f. Tese (Tese de Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MONNERAT, A.; CONCONI, A.; SARTORI, C. Registros de candidaturas com nome militar crescem 39% nas eleições. *Estadão*, 17 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,registros-de-candidaturas-com-nome-militar-crescem-39-nas-eleicoes,70002505473>. Acesso em; 10 jun. 2019.
- TANAKA, M. Os nomes de urna e a escolha eleitoral. *Estadão*, 27 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/os-nomes-de-urna-e-a-escolha-eleitoral/>. Acesso em: 10 jun. 2019.



SINGER, A. *Identificação ideológica e voto no Brasil: o caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994*. 1998. Tese (Tese de Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SINGER, A. *Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989*. 1993. Dissertação (Dissertação de Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SILVEIRA, F. *O novo eleitor não racional*. 1996. Tese (Tese de Doutorado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 1996.